

**No. 34035**

—

**BRAZIL  
and  
URUGUAY**

**Agreement on cooperation in environmental matters. Signed  
at Montevideo on 28 December 1992**

*Authentic texts: Portuguese and Spanish.*

*Registered by Brazil on 11 September 1997.*

—————

**BRÉSIL  
et  
URUGUAY**

**Accord de coopération en matière d'environnement. Signé à  
Montevideo le 28 décembre 1992**

*Textes authentiques : portugais et espagnol.*

*Enregistré par le Brésil le 11 septembre 1997.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai  
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

CONSIDERANDO:

A fraterna e tradicional amizade que une os dois países;

A necessidade de tornar cada vez mais efetivos os princípios de boa-vizinhança e estreita cooperação entre os dois países;

O espírito do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 12 de junho de 1975;

O Acordo para a Criação dos Comitês de Fronteira, assinado em 14 de dezembro de 1989;

A Declaração Conjunta sobre Meio Ambiente, assinada pelos Presidentes em 16 de setembro de 1991, que consigna a decisão de negociar um Acordo dispondo sobre as seguintes matérias, entre outras: conservação da diversidade biológica e dos recursos hidrobiológicos, prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos e produtos nocivos ou perigosos, desertificação, atividade humana e meio ambiente, compatibilização e padronização de legislações nas áreas de poluição industrial, insumos agrícolas, saneamento, resíduos sólidos, uso do solo, meio ambiente urbano, contaminação transfronteiriça, educação e informação;

A Declaração de Canela, de 21 de fevereiro de 1992, que estabelece posições comuns dos países do Cone Sul sobre meio ambiente e desenvolvimento;

Os princípios da Declaração de Estocolmo de 1972 e da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992;

As ações de cooperação previstas na Agenda 21, aprovada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

O direito soberano dos Estados de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas de meio ambiente e desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou em áreas além dos limites da jurisdição nacional;

Acordam o seguinte:

#### ARTIGO 1

1. As Partes Contratantes comprometem-se a intensificar a cooperação destinada a proteger e conservar o meio ambiente, como parte de seus esforços nacionais para o desenvolvimento sustentável.

2. Os objetivos principais da cooperação serão os seguintes:

- a) a proteção, a conservação e a recuperação do meio ambiente;
- b) a gestão, a conservação e o uso racional dos recursos naturais para fins domésticos, urbanos, científicos, agropecuários, industriais, de transporte, turísticos e econômicos em geral;
- c) o estabelecimento de métodos de monitoramento e de avaliação de impacto ambiental, bem como seu aperfeiçoamento;
- d) a solução coordenada das questões relacionadas aos impactos ambientais derivados de atividades desenvolvidas na região fronteira, dentro do espírito de amizade prevalecente entre os dois países;
- e) a proteção da saúde humana e animal e a elevação dos níveis de bem-estar social e econômico dos habitantes da região fronteira;

- f) a troca de informações e a cooperação sobre questões de interesse nacional e global relativas a meio ambiente e desenvolvimento.

#### ARTIGO 2

1. Para os efeitos do presente Acordo, a expressão "região fronteiriça" designa a área compreendida dentro de cento e cinquenta quilômetros em ambos os lados das linhas divisórias terrestres, fluviais e marítimas existentes entre as Partes Contratantes.
2. As questões referentes à região fronteiriça serão objeto de atenção preferencial das Partes Contratantes na aplicação do presente Acordo.

#### ARTIGO 3

1. Cada Parte Contratante adotará as medidas adequadas para prevenir, reduzir e combater os impactos ambientais significativos que atividades desenvolvidas em seu território possam produzir no território da outra Parte Contratante.
2. De conformidade com os parâmetros de impacto ambiental definidos em função do presente Acordo, cada Parte Contratante será responsável por danos causados à outra Parte Contratante em decorrência de suas próprias atividades ou de atividades efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem em território sob sua jurisdição.
3. Com vistas a determinar a responsabilidade por danos, as Partes Contratantes definirão parâmetros de impacto ambiental que serão consignados em decisões da Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental de que trata o artigo 4.
4. Os procedimentos relativos a responsabilidade serão definidos em protocolo que as Partes Contratantes se comprometem a assinar dentro de um prazo de seis meses a contar da data de entrada em vigor do presente Acordo.

ARTIGO 4

1. As Partes Contratantes constituem, para a execução do presente Acordo, uma Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental, subordinada às suas respectivas Chancelarias, doravante denominada "Comissão".

2. A Comissão terá as seguintes incumbências:

- a) elaborar programas para o monitoramento atmosférico, dos recursos hídricos, dos solos, da vegetação, da fauna e do meio sócio-econômico;
- b) promover a harmonização da legislação ambiental de ambos os países, especialmente no que se refere a padrões de qualidade ambiental e a questões específicas como uso de fertilizantes e defensivos químicos na agropecuária e interligação ou estabelecimento de sistemas comuns de tratamento de resíduos, saneamento e águas servidas de cidades e áreas urbanas fronteiriças contíguas;
- c) definir, de comum acordo, os parâmetros de impacto ambiental a que se referem os parágrafos 2 e 3 do artigo 3 do presente Acordo e proceder a sua revisão periódica em função de novas circunstâncias que o justifiquem;
- d) desenvolver métodos de monitoramento e de avaliação de impacto ambiental;
- e) definir medidas de atenuação, redução e eliminação dos impactos ambientais identificados;
- f) trocar informações sobre atividades que possam ter impacto ambiental na região fronteira;
- g) elaborar projetos e programar ações a serem executados na região fronteira e verificar sua execução;
- h) estudar os demais assuntos técnicos, científicos, econômicos e sociais relacionados com o desenvolvimento sustentável dos dois países;
- i) estimular o intercâmbio técnico, científico e educacional;

j) as demais que lhe sejam atribuídas em função do presente Acordo e as que as Partes Contratantes convenham em outorgar-lhe.

3. No desempenho de suas funções, a Comissão procurará, tanto quanto possível, a contribuição de entidades universitárias e de pesquisa nos vários níveis dos setores público e privado.

#### ARTIGO 5

1. Cada Parte Contratante designará dois representantes permanentes na Comissão.

a) Além dos representantes permanentes, poderão participar das reuniões da Comissão, conforme a natureza dos temas tratados, em caráter ad hoc e como observadores, representantes de órgãos da administração pública, bem como de entidades de direito privado, nos termos do regulamento adotado pela Comissão.

b) Conforme os temas considerados em cada caso, poderão ser convidados para participar das reuniões da Comissão, em caráter ad hoc e como observadores, os representantes das respectivas comunidades fronteiriças.

2. Cada Parte Contratante comunicará à outra, por nota diplomática, a designação de seus representantes permanentes na Comissão.

3. As Partes Contratantes estabelecerão, de comum acordo, por meio de suas Chancelarias, as agendas das reuniões da Comissão.

4. A Comissão reunir-se-á, quando convocada, alternadamente no território de cada Parte Contratante.

5. A Comissão estabelecerá seu próprio regulamento.

#### ARTIGO 6

As Partes Contratantes trocarão informações, bem como formularão e aplicarão programas conjuntos sobre questões que possam

transcender a região fronteiriça, tais como prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos, produtos nocivos ou perigosos e resíduos sólidos, desertificação, meio ambiente urbano, educação e informação.

#### ARTIGO 7

As Partes Contratantes trocarão informações e cooperarão na adoção de medidas relacionadas aos esforços internacionais para proteção da camada de ozônio, proteção e conservação da diversidade biológica, atenuação da mudança do clima e controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos.

#### ARTIGO 8

Salvo acordo em contrário, cada Parte Contratante arcará com o custo de sua participação na aplicação do presente Acordo, incluindo os custos do pessoal que participe de quaisquer atividades realizadas em seu âmbito.

#### ARTIGO 9

As Partes Contratantes facilitarão a entrada de equipamentos e de pessoal relacionados com o presente Acordo, sujeito às leis e aos regulamentos de cada Parte Contratante.

#### ARTIGO 10

Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias para a vigência do presente Acordo, o qual entrará em vigor 30 dias após a data da segunda notificação.

#### ARTIGO 11

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante nota diplomática. Neste caso, a denúncia surtirá efeito um ano após a entrega da referida notificação.

Feito em Montevideu, aos 29 dias do mês de dezembro de 1992, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos igualmente autênticos.

Pelo Governo  
da República Federativa do Brasil:



Pelo Governo  
da República Oriental do Uruguai:





[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y  
LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY SOBRE COOPE-  
RACIÓN EN MATERIA AMBIENTAL**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil  
y  
El Gobierno de la República Oriental del Uruguay  
en adelante denominados "Partes Contratantes".

Considerando

La fraterna y tradicional amistad que une a los dos países;

La necesidad de hacer cada vez más efectivos los principios de buena vecindad y estrecha cooperación entre los dos países;

El espíritu del Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio, de 12 de junio de 1975;

El Acuerdo para la Creación de los Comités de Frontera, firmado el 14 de diciembre de 1989;

La Declaración Conjunta sobre Medio Ambiente, firmada por los Presidentes el 16 de setiembre de 1991, que consigna la decisión de negociar un Acuerdo relativo a las siguientes materias, entre otras: conservación de la diversidad biológica y de los recursos hidrobiológicos, prevención de accidentes y catástrofes, tratamiento de desechos y productos nocivos o peligrosos, desertificación, actividad humana y medio ambiente, compatibilización y padronización de legislaciones en las áreas de contaminación industrial, insumos agrícolas, saneamiento, residuos sólidos, uso del suelo, medio ambiente urbano, contaminación transfronteriza, educación e información;

La Declaración de Canela, de 21 de febrero de 1992, que establece posiciones comunes de los países del Cono Sur sobre medio ambiente y desarrollo;

Los principios de la Declaración de Estocolmo de 1972 y de la Declaración de Río sobre Medio Ambiente y Desarrollo de 1992;

Las acciones de cooperación previstas en la Agenda 21, aprobada por la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo;

El derecho soberano de los Estados a explotar sus propios recursos según sus políticas de medio ambiente y desarrollo, y la responsabilidad de asegurar que actividades bajo su jurisdicción o control no causen daños al medio ambiente de otros Estados o en áreas más allá de los límites de la jurisdicción nacional;

Acuerdan lo siguiente:

#### Artículo 1

1. Las Partes Contratantes se comprometen a intensificar la cooperación destinada a proteger y conservar el medio ambiente, como parte de sus esfuerzos nacionales para el desarrollo sostenible.

2. Los principales objetivos de la cooperación serán los siguientes:

a) la protección, la conservación y la recuperación del medio ambiente;

b) la administración, la conservación y el uso racional de los recursos naturales para fines domésticos, urbanos, científicos, agropecuarios, industriales, de transporte, turísticos y económicos en general;

c) el establecimiento de los métodos de monitoreo y de evaluación de impacto ambiental, así como su perfeccionamiento;

d) la solución coordinada en asuntos relacionados a los impactos ambientales derivados de actividades desarrolladas en la región fronteriza, dentro del espíritu de amistad prevaleciente entre los dos países;

e) la protección de la salud humana y animal y la elevación de los niveles de bienestar social y económico de los habitantes de la región fronteriza;

f) el intercambio de informaciones y la cooperación sobre cuestiones de interés nacional y global relativos a medio ambiente y desarrollo.

#### Artículo 2

1. Para los fines del presente Acuerdo, la expresión "región fronteriza" designa el área comprendida dentro de los ciento cincuenta kilómetros en ambos lados de las líneas divisorias terrestres, fluviales y marítimas existentes entre las Partes Contratantes.

2. Los asuntos referentes a la región fronteriza serán objeto de atención preferente de las Partes Contratantes en la aplicación del presente Acuerdo.

### Artículo 3

1. Cada Parte Contratante adoptará las medidas adecuadas para prevenir, reducir y combatir los impactos ambientales significativos que las actividades desarrolladas en sus territorios puedan producir en el territorio de la otra Parte Contratante.

2. De conformidad con los parámetros de impacto ambiental definidos en función del presente acuerdo, cada Parte Contratante será responsable por los daños causados a la otra Parte Contratante como consecuencia de sus propias actividades o de las actividades realizadas por personas físicas o jurídicas que se encuentren en territorio bajo su jurisdicción.

3. A los efectos de determinar la responsabilidad por daños, las partes contratantes definirán parámetros de impacto ambiental que serán consignados en decisiones de la Comisión de Cooperación en Materia Ambiental a que se refiere el artículo 4.

4. Los procedimientos relativos a la responsabilidad serán definidos en un Protocolo que las partes contratantes se comprometen a suscribir en el plazo de 6 meses a partir de la fecha de entrada en vigor del presente acuerdo.

### Artículo 4

1. Las Partes Contratantes constituyen, para la ejecución del presente Acuerdo, una Comisión de Cooperación en materia Ambiental, subordinada a sus respectivas Cancillerías, en adelante denominada "Comisión".

2. La Comisión tendrá las competencias siguientes:

a) elaborar programas sobre monitoreo atmosférico, de los recursos hídricos, de los suelos, de la vegetación, de la fauna y del medio socio-económico;

b) promover la armonización de la legislación ambiental de ambos países, con particular referencia a padrones de calidad ambiental y asuntos específicos como el uso de fertilizantes y preservadores químicos en el área agropecuaria y la interconexión o establecimiento de sistemas comunes de tratamiento de residuos, saneamiento y aguas servidas de las ciudades o áreas urbanas fronterizas contiguas.

c) definir de común acuerdo los parámetros de impacto ambiental referidos en los párrafos 2 y 3 del artículo 3 del presente acuerdo y proceder a su revisión periódica en función de nuevas circunstancias que lo justifiquen.

d) desarrollar métodos de monitoreo y de evaluación del impacto ambiental.

e) definir medidas de atenuación, reducción y eliminación de los impactos ambientales identificados;

f) intercambiar informaciones sobre actividades que puedan tener impacto ambiental en la región fronteriza;

g) elaborar proyectos y programar acciones a ser ejecutadas en la región fronteriza y verificar su ejecución;

h) estudiar los demás asuntos técnicos, científicos, económicos y sociales relacionados con el desarrollo sustentable de los dos países;

i) estimular el intercambio técnico, científico y educacional.

j) las demás que le fueren atribuidas en función del presente acuerdo o que las partes convengan otorgarle.

3. En el desempeño de sus funciones, la Comisión procurará, cuando ello sea posible, la contribución de entidades universitarias y de investigación en los diversos niveles de los sectores público y privado.

#### Artículo 5

1. Cada parte Contratante designará dos representantes permanentes en la Comisión.

a) Además de los representantes permanentes, podrán participar de las reuniones de la Comisión, conforme a la naturaleza de los temas tratados, en carácter ad-hoc y como observadores, representantes de organismos de administración pública, así como de entidades de derecho privado, según el Reglamento adoptado por la Comisión.

b) Según los temas considerados en cada caso podrán ser invitados para participar en las reuniones de la Comisión, en carácter ad-hoc y en calidad de observadores, representantes de las respectivas comunidades fronterizas.

2. Cada parte contratante comunicará a la otra, por nota diplomática, la designación de sus representantes permanentes en la Comisión.

3. Las partes contratantes establecerán, de común acuerdo, a través de sus Cancillerías, las agendas de las reuniones de la Comisión.

4. La Comisión se reunirá cuando fuera convocada, en forma alternada en el territorio de cada Parte Contratante.

5. La Comisión establecerá su propio Reglamento.

#### Artículo 6

Las partes contratantes intercambiarán informaciones y formularán y aplicarán programas conjuntos sobre asuntos que puedan trascender la región fronteriza, tales como prevención de accidentes y catástrofes, tratamiento de desechos, productos nocivos o peligrosos y residuos sólidos, desertificación, medio ambiente urbano, educación e información.

#### Artículo 7

Las partes contratantes intercambiarán informaciones y cooperarán en la adopción de medidas relacionadas con los esfuerzos internacionales de protección de la capa de ozono, protección y conservación de la diversidad biológica, atenuación del cambio climático y control de movimientos transfronterizos de desechos peligrosos.

#### Artículo 8

Salvo acuerdo en contrario, cada Parte Contratante se hará cargo de los costos de su participación en la aplicación del presente Acuerdo, incluyendo los costos del personal que participe de cualesquiera actividades realizadas en su ámbito.

#### Artículo 9

Las partes contratantes facilitarán la entrada de equipos y de personal relacionados con el presente Acuerdo, sujeto a las leyes y reglamentos de cada Parte Contratante.

#### Artículo 10

Cada parte contratante notificará a la otra, por vía diplomática, el cumplimiento de las respectivas formalidades constitucionales necesarias para la vigencia

del presente Acuerdo, el cual entrará en vigor 30 días después de la fecha de la segunda notificación.

#### Artículo 11


El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes Contratantes mediante nota diplomática. En este caso, la denuncia surtirá efecto un año después de la entrega de la referida notificación.

Hecho en Montevideo, a los \_\_\_\_\_ días del mes de diciembre de 1992 en dos ejemplares originales en idiomas portugués y español siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno  
de la República Federativa del Brasil:



Por el Gobierno  
de la República Oriental del Uruguay:



---

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT<sup>1</sup> BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF  
BRAZIL AND THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY ON  
COOPERATION IN ENVIRONMENTAL MATTERS

---

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Eastern Republic of Uruguay, hereinafter referred to as “the Contracting Parties”,

Considering:

The fraternal ties of friendship that have traditionally existed between the two countries,

The need to give ever greater effect to the principles of good neighbourliness and close cooperation between the two countries,

The spirit of the Treaty of Friendship, Cooperation and Trade of 12 June 1975,<sup>2</sup>

The Agreement on the Establishment of Border Committees of 14 December 1989,

The Joint Declaration on the Environment, signed by the Presidents on 16 September 1991, which sets down the decision to negotiate an Agreement on, *inter alia*, preservation of biodiversity and hydrobiological resources; prevention of accidents and disasters; treatment of sewage and toxic or hazardous wastes; desertification; human activity and the environment; and harmonization and standardization of legislation on industrial pollution, agricultural inputs, sanitation, solid wastes, soil use, the urban environment, transboundary pollution, education and information,

The Declaration of Canela of 21 February 1992, which sets forth the common positions of the countries of the Southern Cone on environment and development,

The principles embodied in the Stockholm Declaration of 1972 and in the Rio Declaration on Environment and Development of 1992,

The cooperation activities envisioned in Agenda 21, which was adopted by the United Nations Conference on Environment and Development,

The sovereign right of States to exploit their own resources pursuant to their own environmental and development policies, and the responsibility to ensure that activities within their jurisdiction or control do not cause damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction,

Have agreed as follows:

*Article 1*

1. The Contracting Parties agree to strengthen cooperation for the protection and preservation of the environment as part of their national efforts to achieve sustainable development.

2. The primary objectives of the said cooperation shall be:

---

<sup>1</sup> Came into force on 25 May 1997 by notification, in accordance with article 10.

<sup>2</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 1330, p. 247.

- (a) Protection, preservation and restoration of the environment;
- (b) Management, preservation and rational use of natural resources for domestic, urban, scientific, agricultural, industrial, transport, tourism and general economic purposes;
- (c) Establishment and improvement of methods of monitoring and assessing environmental impact;
- (d) Coordinated resolution of issues related to environmental impact resulting from activities carried out in the border region in accordance with the spirit of friendship that exists between the two countries;
- (e) Protection of human and animal health and improvement of the level of social and economic well-being of the inhabitants of the border region; and
- (f) Exchange of information and cooperation on matters of national and global interest in the area of environment and development.

#### *Article 2*

1. For the purposes of this Agreement, "border region" means the area included within 150 kilometres on each side of the land, river and sea borders between the two Contracting Parties.
2. Issues relating to the border region shall be given preferential treatment by the Contracting Parties in the implementation of this Agreement.

#### *Article 3*

1. Each Contracting Party shall take appropriate measures to prevent, reduce and combat any significant environmental impact produced in the territory of the other Contracting Party by activities carried out in its own territory.
2. In accordance with the environmental impact parameters established on the basis of this Agreement, each Contracting Party shall be responsible for damage caused to the other Contracting Party as a result of its own activities or of activities carried out by natural or legal persons in the territory under its jurisdiction.
3. In order to determine responsibility for damage, the Contracting Parties shall define environmental impact parameters, which shall be recorded in the decisions of the Environmental Cooperation Commission referred to in article 4.
4. Procedures relating to responsibility shall be established in a protocol which the Contracting Parties agree to sign within six months of the date on which this Agreement enters into force.

#### *Article 4*

1. For the implementation of this Agreement, the Contracting Parties shall establish an Environmental Cooperation Commission, hereinafter referred to as "the Commission", under their respective ministries of foreign affairs.
2. The Commission shall have the following responsibilities:
  - (a) To develop programmes to monitor the atmosphere, water resources, soil, flora, fauna and the social and economic environment;
  - (b) To promote the harmonization of the environmental legislation of the two countries, particularly with respect to environmental quality standards and to spe-



cific issues such as the use of chemical fertilizers and preservatives in agriculture and the interconnection or establishment of common waste treatment, sanitation and water systems servicing contiguous cities or urban areas along the border;

(c) To establish by mutual agreement the environmental impact parameters referred to in article 3, paragraphs 2 and 3, of this Agreement and to carry out a periodic review of such parameters where changing circumstances so warrant;

(d) To develop environmental monitoring and impact assessment methods;

(e) To define ways of mitigating, reducing and eliminating identified environmental impacts;

(f) To share information on activities with a potential environmental impact on the border region;

(g) To develop projects and plan activities to be carried out in the border region and to monitor their implementation;

(h) To study other technical, scientific, economic and social issues relating to the sustainable development of the two countries;

(i) To promote technical, scientific and educational exchange; and

(j) To meet any other responsibilities assigned to it under this Agreement or agreed to by the Contracting Parties.

3. In carrying out its functions, the Commission shall, wherever possible, seek the input of university and research institutions in the various branches of the public and private sectors.

#### Article 5

1. Each Contracting Party shall appoint two permanent representatives to the Commission.

(a) In addition to the permanent representatives, representatives of governmental and private bodies shall be entitled to attend the meetings of the Commission, depending on the nature of the issues dealt with, on an *ad hoc* basis as observers in accordance with the rules of procedure adopted by the Commission.

(b) As appropriate to the issues dealt with in each case, representatives of the relevant border communities may be invited to attend the meetings of the Commission on an *ad hoc* basis as observers.

2. Each Contracting Party shall inform the other, through the diplomatic channel, of the appointment of its permanent representatives to the Commission.

3. The Contracting Parties shall establish the agendas for the meetings of the Commission by mutual consent through their ministries of foreign affairs.

4. The Commission shall hold its meetings whenever convened, alternately in the territories of the two Contracting Parties.

5. The Commission shall establish its own rules of procedure.

#### Article 6

The Contracting Parties shall exchange information and shall design and implement joint programmes on issues which may extend beyond the border region, such as the prevention of accidents and disasters, the treatment of sewage, toxic or

hazardous substances and solid wastes, desertification, the urban environment, education and information.

*Article 7*

The Contracting Parties shall exchange information and cooperate with a view to the adoption of measures relating to international efforts to protect the ozone layer, protect and preserve biodiversity, mitigate climate change and control transboundary movements of hazardous wastes.

*Article 8*

Unless otherwise agreed, each Contracting Party shall be responsible for the costs of its participation in the implementation of this Agreement, including the costs of staff involved in any activities carried out thereunder.

*Article 9*

The Contracting Parties shall facilitate the entry of equipment and staff in connection with this Agreement, subject to the laws and regulations of each Contracting Party.

*Article 10*

Each Contracting Party shall notify the other, through the diplomatic channel, when it has completed the procedures required under its Constitution for the entry into force of this Agreement, which shall enter into force 30 days following the date of the second such notification.

*Article 11*

This Agreement may be terminated by either of the Contracting Parties through the diplomatic channel, in which case the termination shall take effect one year after delivery of the said notification.

DONE at Montevideo on 28 December 1992 in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government  
of the Federative Republic of Brazil:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

For the Government  
of the Eastern Republic of Uruguay:

HECTOR GROS ESPIEL

---

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD<sup>1</sup> DE COOPÉRATION EN MATIÈRE D'ENVIRONNEMENT  
ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA  
RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République orientale de l'Uruguay, ci-après dénommés les « Parties contractantes »,

Considérant

Les relations d'amitié fraternelle et traditionnelle qui unissent les deux pays,

La nécessité d'appliquer les principes de bon voisinage et de coopération étroite entre les deux pays,

L'esprit du Traité d'amitié, de coopération et de commerce du 12 juin 1975<sup>2</sup>,

L'Accord créant les Comités de frontières signé le 14 décembre 1989,

La Déclaration commune sur l'environnement signée par les Présidents des deux pays le 16 septembre 1991, qui contient la décision de négocier un accord relatif aux questions suivantes : la préservation de la diversité biologique et des ressources hydrobiologiques, la prévention des accidents et catastrophes, le traitement des déchets et des produits nocifs ou dangereux, la désertification, l'activité humaine et l'environnement et l'harmonisation et l'introduction de lois dans les domaines de la pollution industrielle, des déchets agricoles, l'assainissement, les déchets solides, l'utilisation des sols, l'environnement urbain, la pollution transfrontière, l'éducation et l'information,

La Déclaration de Canela du 21 février 1992 qui définit les positions communes des pays du Cône sud sur l'environnement et le développement,

Les principes de la Déclaration de Stockholm de 1972 et de la Déclaration de Rio de 1992 sur l'environnement et le développement,

Les activités de coopération prévues dans Action 21, approuvée par la Conférence des Nations Unies sur l'environnement et le développement,

Le droit souverain des Etats d'exploiter leurs ressources conformément à leurs politiques d'environnement et de développement, ainsi que les responsabilités qui leur incombent de veiller à ce que les activités relevant de leur juridiction ou contrôle ne causent pas de dommages à l'environnement des autres Etats ou dans les domaines dépassant le cadre de leur juridiction nationale,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

1. Les Parties contractantes s'engagent à intensifier la coopération visant à protéger l'environnement dans le cadre de leurs efforts nationaux de développement durable.

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 25 mai 1997 par notification, conformément à l'article 10.

<sup>2</sup> Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1330, p. 247.

2. Les principaux objectifs de la coopération sont les suivants :
- a) La protection, la préservation et la remise en état de l'environnement;
  - b) La gestion, la préservation et l'utilisation rationnelle des ressources naturelles à des fins domestiques, urbaines, scientifiques, agropastorales, industrielles, touristiques, de transport et économiques en général;
  - c) La mise en place de méthodes de surveillance et d'examen d'impact sur l'environnement, ainsi que leur perfectionnement;
  - d) Le règlement coordonné des questions relatives aux conséquences sur l'environnement des activités menées dans les régions frontalières, dans l'esprit d'amitié qui prévaut entre les deux pays;
  - e) La protection de la santé humaine et animale et le relèvement des niveaux de bien-être social et économique des habitants des régions frontalières;
  - f) L'échange d'information et la coopération sur des questions d'intérêt national et mondial relatives à l'environnement et au développement.

#### *Article 2*

1. Aux fins du présent Accord, l'expression « zone frontalière » désigne la zone s'étendant jusqu'à 150 km de part et d'autre des lignes de démarcation terrestres, fluviales et maritimes existantes entre les Parties contractantes.
2. Les questions relatives aux zones frontalières feront l'objet d'une attention préférentielle de la part des Parties contractantes dans l'application du présent Accord.

#### *Article 3*

1. Chaque Partie contractante prendra les mesures appropriées pour prévenir, réduire et combattre les conséquences environnementales que les activités menées sur leur territoire peuvent produire sur le territoire de l'autre Partie contractante.
2. Conformément aux paramètres d'impact sur l'environnement définis dans le cadre du présent Accord, chaque Partie contractante sera responsable des dommages causés à l'autre Partie contractante par suite de ses activités ou des activités menées par des personnes physiques ou morales qui se trouvent sur le territoire relevant de sa juridiction.
3. Aux fins de déterminer la responsabilité des dommages, les Parties contractantes définiront les paramètres d'impact sur l'environnement qui seront consignés dans des décisions de la Commission de coopération en matière d'environnement visée à l'article 4.
4. Les procédures relatives à la responsabilité seront définies dans un protocole que les Parties contractantes s'engagent à signer dans un délai de six mois à partir de la date d'entrée en vigueur du présent Accord.

#### *Article 4*

1. Les Parties contractantes créent aux fins de l'application du présent Accord, une Commission de coopération en matière d'environnement qui relève de leurs chancelleries respectives et qui est dénommée la « Commission ».

2. La Commission aura le mandat suivant :

a) Elaborer des programmes de surveillance atmosphérique, des ressources hydriques, des sols, de la végétation, de la faune et de l'environnement socio-économique;

b) Promouvoir l'harmonisation des lois sur l'environnement des deux pays, compte tenu en particulier des modèles de qualité de l'environnement et des questions spécifiques comme l'utilisation des engrais et produits conservants chimiques dans le domaine agropastoral et l'interconnexion ou l'établissement de systèmes communs de traitement des résidus, d'assainissement et des eaux usées des villes ou des zones urbaines frontalières contiguës;

c) Définir d'un commun accord les paramètres d'impact sur l'environnement visés aux paragraphes 2 et 3 de l'article 3 du présent Accord et procéder à leur révision périodique en fonction des nouvelles circonstances qui justifient celle-ci;

d) Elaborer des méthodes de surveillance et d'examen d'impact sur l'environnement;

e) Définir des mesures d'atténuation, de réduction et d'élimination des conséquences sur l'environnement;

f) Echanger des informations sur les activités qui peuvent avoir des conséquences sur l'environnement dans les régions frontalières;

g) Elaborer des projets et programmes d'action à exécuter dans les zones frontalières et s'assurer de leur mise en œuvre;

h) Etudier les autres questions techniques, scientifiques, économiques et sociales liées au développement durable des deux pays;

i) Stimuler les échanges techniques, scientifiques et éducatifs;

j) Etudier les autres questions qui lui sont attribuées en vertu du présent Accord ou dont les Parties pourraient convenir.

3. Dans l'acquiescement de ses fonctions, la Commission s'assurera, dans la mesure du possible, la participation d'entités universitaires et de recherche aux divers niveaux des secteurs public et privé.

#### Article 5

1. Chaque Partie contractante désignera deux représentants permanents à la Commission.

a) Outre les représentants permanents, pourront participer aux réunions de la Commission, selon la nature des thèmes traités et selon les besoins, à titre d'observateurs, des représentants des organismes d'administration publique ainsi que des entités de droit privé, conformément au règlement adopté par la Commission.

b) Selon les thèmes examinés dans chaque cas, seront invités à participer aux réunions de la Commission, en fonction des besoins et en qualité d'observateurs, des représentants des communautés frontalières respectives.

2. Chaque Partie contractante communiquera à l'autre, par la voie diplomatique, la désignation de ses représentants permanents à la Commission.

3. Les Parties contractantes établiront d'un commun accord, par l'intermédiaire de leur chancellerie, l'ordre du jour des réunions de la Commission.

4. Chaque fois qu'elle est convoquée la Commission se réunira alternativement sur le territoire des deux Parties contractantes.

5. La Commission établira son propre règlement.

*Article 6*

Les Parties contractantes échangeront des informations et formuleront et appliqueront des programmes communs sur des questions qui peuvent déborder du cadre des zones frontalières comme par exemple la prévention des accidents et catastrophes, le traitement des déchets, des produits nocifs ou dangereux et des résidus solides, la désertification, l'environnement urbain, l'éducation et l'information.

*Article 7*

Les Parties contractantes échangeront des informations et coopéreront pour l'adoption de mesures liées aux efforts internationaux de protection de la couche d'ozone, de protection et de préservation de la diversité biologique, d'atténuation des changements climatiques et de contrôle des mouvements transfrontières des déchets dangereux.

*Article 8*

Sauf accord contraire, chaque Partie contractante prendra à sa charge les coûts de sa participation à l'application du présent Accord, y compris les coûts du personnel qui participe à toute activité menée dans le cadre de l'Accord.

*Article 9*

Les Parties contractantes faciliteront l'entrée de l'équipement et du personnel visés dans le présent Accord, sous réserve des lois et règlements de chaque Partie contractante.

*Article 10*

Chaque Partie contractante notifiera l'autre, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des formalités constitutionnelles nécessaires à l'entrée en vigueur du présent Accord, qui prendra effet trente (30) jours à compter de la date de la deuxième notification.

*Article 11*

Le présent Accord pourra être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties contractantes par la voie diplomatique. En ce cas, la dénonciation prendra effet un an à compter de la remise de la notification mentionnée.

FAIT à Montevideo le 28 décembre 1992 en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative du Brésil :

FERNANDO ENRIQUE CARDOSO

Pour le Gouvernement  
de la République orientale  
de l'Uruguay :

HECTOR GROS ESPIEL